

O PENSAMENTO DE ANTONIO EVARISTO DE MORAES E A LEGISLAÇÃO SOCIAL

Celia Regina do N. de Paula
Mestre em Ciência Política.
Professora na Universidade Salgado de Oliveira

Resumo

Através da análise biográfica do jurista Antonio Evaristo de Moraes, buscamos inferir sobre a internalização do direito do trabalho na sociedade brasileira. Abordamos o contexto social examinando os aspectos político, social e econômico que ensejaram a elaboração das normas jurídicas referentes ao conflito capital e trabalho. A trajetória do jurista permitiu refletir sobre as transformações sociais ocorridas no Brasil no final do século XIX e início do século XX resultantes da implementação do modo de produção capitalista tendo como desdobramento as demandas sociais por melhores condições de vida que foram determinantes para a elaboração de novas leis e a criação de novas instituições estatais e, conseqüentemente, uma mudança ideológica no que se refere à questão social, no âmbito do Estado.

Palavras-chave: movimento operário; questão social; trabalhismo; direito do trabalho.

Abstract

By analyzing the biography of the jurist Antonio Evaristo de Moraes, we have tried to infer the internalization of labor law in the Brazilian society. We have covered the social context, taking into account the political, social and economic aspects that led to the creation of legal norms ruling the conflict between capital and labor. This jurist's path has allowed us to reflect about the social changes that took place in Brazil at the end of the XIX th century as

a result of the introduction of the capitalist mode of production and the following social demands for better quality of life, which were key to the elaboration of new laws, to the creation of new public institutions, and therefore, to an ideological change regarding social issues in the state realm.

Key words: worker; movement; social issues; labor movement; labor law.

Introdução

Como advogada, a prática jurídica na área trabalhista permitiu-me vivenciar a internalização que a classe trabalhadora brasileira demonstra relativamente às normas jurídicas que regulam os direitos e obrigações atinentes ao contrato de trabalho, ou seja, as normas jurídicas sociais que regulam o conflito capital e trabalho.

Refletindo sobre esse aspecto, para além das técnicas jurídicas, devemos considerar os fenômenos sociais que servem de substrato para elaboração da legislação. O legislador imagina a sociedade de uma forma e busca expressá-la através das normas que elabora. O ideal é a pacificação dos conflitos sociais que se constituem em problemas de origem política, social e econômica. Tem-se o Estado como mediador e impositor de soluções para aqueles conflitos sociais.

Conjuntamente à técnica processual legislativa temos, na aplicação da norma jurídica, a concepção de uma técnica interpretativa que sistematiza os requisitos para a subsunção da norma ao fato. Essa técnica pode conferir uma visão ideal da sociedade consoante as leis que a regula, pois uma interpretação tão somente legalista tende a afastar-nos do contexto histórico-social em que a norma foi elaborada (BORDIEU, 1989). Assim, a existência e o funcionamento das instituições democráticas e a vigência de uma legislação que confere instrumentos de exercício da cidadania não espelham, necessariamente, o nosso desenvolvimento social e político. Os acessos a essas instituições e o manejo das técnicas processuais são, geralmente, herméticos ao leigo. Este se frustra ao deparar-se com um modelo jurídico elaborado segundo a ideologia de uma determinada classe social que, contraditoriamente, também recorre a mecanismos divorciados desse mesmo modelo idealizado sob princípios burgueses europeus. Temos as práticas sociais onde um véu de poder invisível, mas perceptível ao extremo, encobre o conflito entre as classes sob uma democracia formalmente concebida (SCHRWARZ, 1977).

Nesse contexto social, para entender sobre como e quais os motivos que nos permitem inferir sobre a internalização das leis sociais, optamos por abordar a biografia de um personagem cuja prática política se vinculou ao,

então chamado, movimento operário e cuja produção teórica se liga especificamente à interpretação jurídica da relação capital/trabalho: Antonio Evaristo de Moraes. Ativista e intelectual deste direito, outrora dito Direito Operário e hoje denominado Direito do Trabalho.

Para tanto desenvolvemos a pesquisa em três etapas. Na primeira, correspondente ao levantamento e análise dos dados, tratamos das fontes primárias: a literatura produzida por Antonio Evaristo de Moraes sobre o contrato de trabalho, o movimento operário, as influências ideológicas da ocasião bem como as mudanças jurídicas que defendeu com o fito de melhorar as condições da classe trabalhadora.

Subdividimos esta etapa em dois momentos distintos: o primeiro desde o seu nascimento em 1871 até 1922, quando deixa de contribuir para o jornal Correio da Manhã, em uma coluna sobre o Direito Operário; o segundo momento, a partir de 1923, quando participa de movimentações políticas que o leva a ocupar um cargo jurídico na administração pública, até seu falecimento em 1939.

Na segunda etapa, correspondente ao quadro de referências, analisamos as fontes secundárias, as teorias políticas que discutem o movimento operário daquele período e seus diversos atores sociais.

Na terceira e conclusiva etapa, buscamos cotejar as referências teóricas com os dados biográficos do jurista como modo de alcançar a resposta para o problema investigativo diante do qual nos colocamos: como e por que se processa historicamente a internalização das normas jurídicas trabalhistas pela classe trabalhadora brasileira.

A Trajetória de uma vida

Evaristo de Moraes, conforme assinava, foi a própria concentração dos diversos elementos que caracterizam a formação social brasileira. No fim do século XIX era um mulato livre que presenciou a escravidão por 17 anos; filho de mãe negra, brasileira, chefe da família que o pai branco, português, abandonou; ascendeu socialmente graças à escolarização que lhe deram os frades beneditinos.

Seus textos refletem os problemas sociais de seu tempo: a infância abandonada; a prostituição; o imigrantismo; o bacharelismo; a imprensa “espetacular”; as relações pessoais e interesses políticos; a corrupção; o “jeitinho”; o “favor”; o “clientelismo” político; o autoritarismo; o declínio da oligarquia agro-exportadora; a ascensão da burguesia industrial e as novas classes sociais; a transição política do Império à República. Enfim, os vários elementos de um contexto social multifacetado política e ideologicamente.

Não lhe escapavam ao exame, portanto, as contradições de uma sociedade que apenas se dizia republicana, mas que restava indefinida e contraditória, vagando entre influências européias e norte-americanas quanto à formalização das suas instituições burguesas e, conseqüentemente, de seu ordenamento jurídico.

Evaristo foi um intelectual que não se vinculou especificamente a qualquer doutrina ideológica com as quais esteve envolvido. Sempre se norteou por um ideal democrático, vez que defendeu a idéia de que cabia ao Estado realizar as mudanças sociais necessárias à classe trabalhadora.

Voltou-se para uma concepção de Estado liberal democrata e acabou por se caracterizar um defensor do *welfare state*. Propunha então um Estado de direito capaz de mediar os conflitos entre as classes sociais; bem assim, associações representativas da classe operária hábeis, não somente para obter benefícios, mas também para capacitar profissionalmente o trabalhador, além do que advogava a idéia da constituição de representações patronais legítimas, com as quais pudesse o operariado negociar.

De toda a sua obra se extrai um libelo acusatório contra o atraso das normas jurídicas civilistas, às quais reputava a responsabilidade por quase todos os problemas sociais brasileiros.

Ao mesmo tempo, por esta via se revela a crença de Evaristo de Moraes na norma jurídica como instrumento de mudança social, deixando antever a influência do positivismo que permeia a produção científica e jurídica brasileira desde o final do século XIX até os dias que correm.

Os imigrantes que aqui chegavam traziam as ideologias que norteavam o movimento operário europeu e as reproduziam. Isso politizou a massa trabalhadora sem, contudo, promover a coesão da classe, fragmentada pelas diferenças culturais não superadas (Moraes, 1968). Eram espanhóis, franceses, poloneses, italianos etc; anarquistas, comunistas, anarcossindicalistas e socialistas reformistas.

Evaristo de Moraes, que esteve em contato com estes trabalhadores, se identificou com algumas das propostas do socialismo reformista, mas defendeu, na qualidade de advogado, operários filiados a todas as demais correntes ideológicas de então.

Em 1931, Evaristo veio a ocupar um cargo técnico no recém criado Ministério de Indústria, Comércio e Trabalho, elaborando com Joaquim Pimenta, o Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931, que tratava da organização sindical das classes trabalhadoras e dos patrões.

O Decreto era polêmico, pois fundamentalmente, determinava a intervenção do Estado nas entidades, acabava com a pluralidade sindical e estabelecia a sua neutralidade política. A norma continha algumas das idéias defendidas por Evaristo, entre elas a de que somente as categorias que tivessem o sindicato reconhecido pelo Ministério poderiam se beneficiar da legislação social da Era Vargas. Por ela, foi estabelecido que haveria em cada região, um sindicato por categoria profissional. A sindicalização era facultativa, mas estava implícito na lei que somente o sindicalizado gozaria dos benefícios ofertados pela legislação social.

O Decreto também proibia, nas dependências dos sindicatos, as propagandas que não se relacionassem com as finalidades das associações, mormente as relativas às candidaturas eleitorais.

A norma foi criticada tanto pelo empresariado quanto por partidos políticos que afirmavam que a liberdade de patrões e empregados estava sendo restringida. Afirmavam que as diretrizes legais negavam o passado do movimento operário e que, na verdade, essa legislação, no primeiro governo Vargas, tinha o intuito de garantir o controle político sobre a classe operária pelo Estado, acabando com a autonomia sindical (CARONE, 1989).

Setores oligárquicos afastados do poder ou enfraquecidos, tomaram o Decreto como mais uma estratégia de Getúlio Vargas para reforçar e manter-se no poder, através da cooptação da classe operária. O patronato passou a assumir um discurso acusatório contra políticos e bacharéis dizendo que ao legislarem prejudicavam o desenvolvimento econômico e incentivavam a revolta dos operários.

Evaristo contestou a argumentação afirmando que a questão social precisava ser enfrentada para que houvesse o desenvolvimento econômico do país (MORAES, 1935). Neste período, poucos são os sindicatos reconhecidos.

Em meio a essas discussões, mas não por elas, Evaristo de Moraes deixou a consultoria do Ministério, em março de 1932. Os fatos que determinaram sua saída foram: o primeiro diz respeito à repressão violenta sobre as revoltas militares que defendiam a imediata elaboração de uma nova Constituição republicana; o segundo, a invasão das oficinas do jornal Diário Carioca com sua destruição, pois o Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, que havia insistido na apuração das responsabilidades dos envolvidos naqueles eventos, deixou o cargo face a recusa do Presidente Getúlio Vargas em punir os culpados. Evaristo deixou o cargo técnico em solidariedade ao Ministro.

A instabilidade política vivida no país naquele período, com a onda constitucional que questionava o governo provisório, fez com que Vargas

recorresse a idéia de eleger deputados classistas ligados ao Ministério do Trabalho numa tentativa de contrabalançar as forças políticas da Assembléia Nacional Constituinte de 1934. Essa política viria a durar pouco, pois já em 1937 se implantaria um governo totalitário, o Estado Novo (CARONE,1989).

Evaristo se decepcionou com os rumos tomados pelo regime, que passou a reprimir e regular o movimento operário autoritariamente. O jurista continuou defendendo os operários, mas, com a idade de 66 anos, não teria mais a mesma energia.

Em 1938, assumiu a cadeira de Direito Penal na antiga Faculdade Nacional de Direito que integrava a, então, Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro e foi eleito para a Academia Carioca de Letras.

No ano seguinte, em 30 de Junho, o jurista deixa definitivamente a arena de suas lutas.

A trajetória de um agente histórico, participante dos eventos determinantes à criação das leis que regulam o contrato de trabalho, diz respeito a análise do pensamento ideológico defendido por atores sociais que se encontravam no exercício do poder político organizado que elaborou essas normas. Podemos então inferir sobre o nexos primordial que houve entre o curso de vida de um indivíduo e o meio no qual recebeu influências, agindo em meio às diversas forças sociais que participaram da elaboração de um conjunto de leis conferindo-lhe legitimidade.

Transitoriedade e Internalização

Considerando a trajetória do jurista inferimos sobre sua transitoriedade entre os dois conceitos de Gramsci, assim analisados por Cerqueira (CERQUEIRA,1982): o de intelectual tradicional, em relação a uma classe que desapareceu com um modo de produção econômico; e o de intelectual orgânico que se liga à classe que surge junto com um novo modo de produção.

Como reflexo das contradições que viveu e que se colocavam no contexto social das transformações ocorridas no Brasil, Evaristo de Moraes esteve ao lado das mais variadas correntes políticas, não podendo ser definido nem como um intelectual tradicional integrante da superestrutura, pois não se conservou ligado ao sistema de produção anterior, na medida em que o processo agro-exportador antecedente ao regime republicano permaneceu subjacente ao modo de produção capitalista que foi se desenvolvendo no Brasil; por outro lado, também não foi um intelectual orgânico, integrado inteiramente à classe burguesa associada ao desenvolvimento das novas forças produtivas fundadas no capitalismo industrial e que iniciou um processo de

libertação das amarras do sistema agro-exportador, tornando-se mais contudente após a Revolução de 1930.

Naquele cenário de mudanças econômicas e sociais, a classe trabalhadora brasileira repetiu a experiência européia sem apresentar características peculiares, no plano das idéias, da organização sindical e partidária. Mas esse percurso, tal qual o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, foi tardio existindo um descompasso entre a Europa e o Brasil. Se no continente europeu, em 1870, o proletariado encontrava-se amadurecido teoricamente e pragmaticamente tornando-se coeso e munido de capacidade combativa; no Brasil, estava em seus passos iniciais, acompanhando o processo de industrialização. Logo, o processo ocorreu com inúmeras tentativas e fracassos, com pouca coesão e sob permanente repressão do Estado.

Não se nega, contudo, que estas organizações pressionaram as classes políticas para que modificassem o tratamento dado à questão social, em razão das condições objetivas e subjetivas vividas pela classe trabalhadora. Neste sentido, observa-se que a organização operária continha diversos elementos de força, tanto por parte dos atores individuais, a exemplo de Evaristo de Moraes, quanto dos atores coletivos, como as organizações sindicais dos mais variados matizes ideológicos (CARONE,1989).

Os reformistas, como Evaristo de Moraes, preconizaram a conciliação entre as classes operárias e patronais, tinham o governo provisório de 1930 como uma solução ideal para que suas propostas fossem aplicadas, entendendo o órgão executivo como um mediador, evitando o conflito de classes. A medida que o movimento liberal tomou um rumo autoritário, o jurista dele se afastou assim como outros atores sociais envolvidos com a questão operária.

Reformulando a estrutura do Estado, com a criação de novas instituições políticas o tratamento da questão operária passou a ser conduzido como instrumento de exercício do poder. A despeito das partes terem sido chamadas a colaborar (MORAES,1968), o Estado, através das leis, passou a controlar os conflitos entre capital e trabalho reprimindo manifestações da sociedade civil .

Conciliando as reivindicações operárias com os seus interesses e evitando o confronto, articulou novas formas de legitimação política que lhe facultou a dominação autoritária.

A ascensão de novas forças políticas com a Revolução de 1930, não significou rupturas com a classe dominante agro-exportadora, mas ensejou mudanças expressivas na estratificação social brasileira com a inserção da classe média e da classe trabalhadora.

O governo getulista soube canalizar as reivindicações proletárias para a defesa do próprio regime de governo, servindo-lhe de sustentação (PARANHOS,1999).

São esses os fatores que, nos parecem, conduziram a internalização do direito do trabalho pela massa trabalhadora brasileira, na medida em que passou a ser institucionalizada, com a elaboração de leis estabelecendo benefícios e obrigações tanto por parte do Estado quanto por parte do empresariado, buscando implementar uma relação de cooperação e cooptação necessária à implantação do sistema produtivo industrial.

Referências Bibliográficas

BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CARONE, Edgard. *Classes Sociais e Movimento Operário*. São Paulo.Ed. Ática,1989.

CERQUEIRA, Filho, Gisálio. *A Questão Social no Brasil. Crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1982.(coleção Retratos do Brasil, v.162).

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. 2ª Ed.Coimbra. Armênio Amado, v.1 e v2, 1962.

SCHWARZ, Roberto. *As idéias Fora do Lugar*. In: *Ao Vencedor as Batatas*. Forma Literária e Processo Social dos Inícios do Romance Brasileiro. São Paulo.Editora: Duas Cidades,1977.

_____, Antonio Evaristo. *Reminiscências de um Rábula Criminalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1968.

_____, Antonio Evaristo. *Os Inimigos das Leis Trabalhistas*. In: *Revista do Trabalho*. Mensario de Legislação Social. Rio de Janeiro. Ano III, nº18, p.3-5., julho,1935.

PAULA, Celia Regina do Nascimento. *O Pensamento de Antonio Evaristo de Moraes e a Legislação Social*. 2003. 140f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, 2003.

PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala. Origens da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. São Paulo: 1ª ed.Boitempo,1999.